

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Melgaço

INFORMAÇÃO DO REQUERENTE

Nome/Designação: _____
Morada/Sede: _____
Freguesia: _____ Código Postal: _____ Concelho: _____
Cartão de Cidadão/BI: _____ Data de validade: _____ Arq. identificação: _____
NIF: _____ Tipo: _____ Telm: _____ Telf: _____
Fax: _____ Website: _____ Email: _____
Qualidade em que efetua o pedido: _____
Representado por: _____

EXPOSIÇÃO DO PEDIDO

DESCRIÇÃO DA NATUREZA E DESTINO DOS TRABALHOS A EFETUAR

LOCALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO
Lugar: _____ Rua: _____ Freguesia: _____
DADOS DA PROPRIEDADE
N.º de descrição no registo predial: _____ N.º na inscrição da matriz predial: _____
CONFRONTAÇÕES
Norte: _____
Nascente: _____
Sul: _____
Poente: _____
ANTECEDENTES URBANÍSTICOS
Informação prévia Operação de loteamento
Nome do requerente: _____ N.º de processo: _____

ANEXOS

- Documento que comprove o interesse legítimo (quando o pedido for efetuado por terceiros)
- Certidão permanente do registo predial ou indicação do código de acesso, ou
- Certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial (quando prédio omissivo)

ANEXOS

- Planta de localização, à escala 1:1.000, com delimitação do prédio e respectiva área de enquadramento, bem como a indicação das coordenadas geográficas dos limites
- Levantamento topográfico, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, com identificação do prédio e a respetiva área, assim como do espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamentos, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano)
- Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção, as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações
- Memória descritiva contendo:
 - Área objeto do pedido
 - Caracterização da operação urbanística
 - Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis
 - Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação
 - Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes
 - Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos
 - Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos, quando estejam previstas
 - Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno e, em função da operação urbanística, a área total de implantação, a área de implantação do edifício, a área total de construção, a área de construção do edifício, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos e as áreas de cedência, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis
- Declaração de conformidade dos elementos instrutórios nos suportes papel e digital
- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente da certidão permanente do registo predial
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, caso exista e esteja em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhada de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE, se o requerente estiver a exercer a faculdade prevista no n.º 6 do artigo 4.º do RJUE
- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho
- Termo de responsabilidade de técnico legalmente habilitado a subscrever projetos que ateste que a execução das obras de urbanização se conforma com o Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro
- Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º, quando se trate de obras em área não abrangida por operação de loteamento

ANEXOS

- Planta da situação existente, à escala de 1:1.000 ou superior, correspondente ao estado e uso actual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e infra-estruturas existentes
- Projetos de especialidades que integrem a obra, designadamente, infra-estruturas viárias, redes de abastecimento de águas, esgotos e drenagem, de gás, de electricidade, de telecomunicações, arranjos exteriores, contendo cada projeto memória descritiva e justificativa, bem como os cálculos, se for caso disso, e as peças desenhadas, em escala tecnicamente adequada, e os respetivos termos de responsabilidade dos técnicos autores dos projetos
- Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos
- Estimativa do custo total da obra e custo por especialidades, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo ser adotadas as normas europeias e portuguesas em vigor ou as especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- Extratos das plantas de ordenamento e condicionantes do PDM e ortofotomapa, com indicação da localização da pretensão

Enquadramento legal

- * Regulamento municipal da urbanização e edificação, disponível para consulta no Portal do Município, em www.cm-melgaco.pt
- * Regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais, disponível para consulta no Portal do Município, em www.cm-melgaco.pt
- * Regulamento municipal de taxas de urbanização e edificação, disponível para consulta no Portal do Município, em www.cm-melgaco.pt
- * Regime jurídico da urbanização e edificação, na redação atual
- * Decreto-lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, na redação atual
- * Portaria n.º 235/2013 de 24 de julho, na redação atual
- * Regulamento Geral de Ruído, na redação atual
- * Plano Diretor Municipal, na redação atual

RESERVADO AOS SERVIÇOS

- Verifiquei a identificação do requerente, pelo CC apresentado
- Verifiquei os elementos instrutórios assinalados com

Observações _____

Data _____ O funcionário _____

Melgaço,

Pede deferimento,

O Requerente,
